



SADC revitalizada determinada a “reduzir conversas e continuar com a caminhada”

por Munetsi Madakufamba

A SADC está desistindo da cultura de discursos para adoptar uma nova cultura de negócios orientada para a obtenção de resultados práticos. Já vão longos os tempos em que o sucesso das reuniões era avaliado a partir do número das assinaturas protocoladas.

Com a nova estrutura institucional, fruto de um processo de reestruturação de 4 anos e que quase já está completa, as expectativas de uma organização eficiente e dinâmica são maiores. As metas foram indicadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Indicativo Regional (RISDP), e dentro do Programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e das Metas de Desenvolvimento do Milénio (MGDs). Para muitos destes objectivos, a meta final é o ano de 2015 e que está ao virar da esquina. O seu alcance é de atingir os sete por cento de crescimento económico annual dos estados; meta necessária para reduzir à metade o número das pessoas vivendo na pobreza; promover equidade de género, igualdade de direitos e oportunidades bem como autonomia.

Actualmente, os principais indicadores sócio-económicos dos estados membros demonstram que a região precisa de alguma urgência na abordagem de assuntos relacionaods com comércio de modo a fazer face os vários desafios que confrontam os 208 milhões de pessoas da África Austral.

Os desafios políticos e sócio económicos bem como a visão de futuro caracterizaram os discursos na Cimeira dos Chefes de Estado de 2004 e do Governo realizado em Grand Baie nas Maurícias entre os dias 16 a 17 de Agosto.

A ordem de oradores ia desde o presidente cessante da SADC, presidente da Tanzânia Benjamin Mkapa até ao seu

substituto Mauriciano, o Primeiro Ministro Paul Bérenger. O Presidente Joaquim Chissano de Moçambique e o Presidente da Namíbia Sam Nujoma despediram-se dos seus colegas já que brevemente estarão reformados; como aos novos, Bingu Wa Mutharika presidente Malawiano eleito em Maio, e Marc Ravalomana de Madagáscar cujo país foi lhe atribuído o estatuto de candidato por um período de um ano antes de ser considerada membro efectivo.

Como em todos os discursos houve autocríticas, factor que constitui o testemunho de uma organização determinada a tomar o controlo do seu destino.

Os líderes criticaram “a dolorosa lentidão” na implementação das políticas acordadas. Um total de 30 instrumentos legais, incluindo o Tratado

da SADC, Protocolos e Cartas têm sido adoptados desde 1992 aquando da transformação da organização de conferência coordenadora para desenvolvimento das comunidades.

Destas, 20 entraram em vigor enquanto os restantes aguardam pela ractificação de estados membros suficientes para que o acordo tenha validade. Para os que foram ratificados,

continua na página 6

Líderes adoptam linhas gerais de orientação eleitoral

Os líderes da África Austral adoptaram de uma forma unânime adoptaram os Princípios e Directrizes Sobre Eleições Democráticas durante a sessão realizada em Grand Baie, Maurícias, em Agosto.

As directrizes têm como objectivo “promover valores políticos comuns, sistemas e outros valores compartilhados que são transmitidos através instituições que são democráticas, legítimas e efectivas”.

As directrizes eleitorais estão dentro do quadro do Protocolo sobre Política, Defesa e Cooperação de Segurança e

implementação do quadro, Plano Indicativo Estratégico para o Órgão (SIPO).

As directrizes traçam padrões que conduzem às eleições democráticas e livres a mandato e constituição da Missão de Observação da SADC está também ligada às directrizes para a observação das eleições. O código da conduta esboça o direito e responsabilidades dos observadores das eleições da SADC. As directrizes também colocam as responsabilidades dos membros do estado que observam as eleições (*ver a versão integral nas págs 10 e 11*). □



SADC TODAY

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
Vol. 7 Nº 4 Outubro 2004

A revista SADC Today é produzida pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) seis vezes por ano em nome do secretariado da SADC em Gaborone, Botswana. O seu conteúdo não reflecte necessariamente a posição oficial e as opiniões do secretariado da SADC ou da SARDC. O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido livremente pela imprensa e outros interessados desde que se cite devidamente a fonte.

©SADC, SARDC, 2004

Comité Editorial

Virginia Muwanigwa, Chipu Muvezwa,
Chengetai Madziwa,
Chenai Mufanawejingo, Phyllis Johnson,
Bayano Valy, Clever Mafuta,
Kudzai Sengurayi,
Eunice Kadiki, Pamela Mhlanga

Acessores Editoriais

Esther Kanaimba
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Petronilla Ndebele
Oficial de Informação da SADC

Editor

Munetsi Madakufamba

Composição e Maquetização

Tonely Ngwenya

Organização/Impressão

DS Print Media, África do Sul

SADC Today é financiado pelo governo da Bélgica ao abrigo do Projecto Informação 21 da SADC, cujo objectivo é o reforço da integração regional através da disseminação de informação. Todas as contribuições individuais e de instituições no seio da SADC e de fora da região são bem vindas, sejam elas em forma de notícias, artigos e comentários. Os autores reservam-se ao direito de seleccionar ou rejeitar e editar artigos para o espaço disponível.

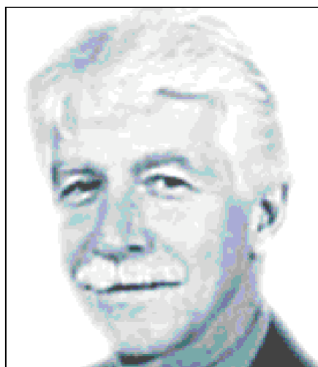
A correspondência deve ser enviada para

SADC TODAY
SARDC Mozambique
Rua D. Afonso Henriques, 141,
Maputo, Mozambique
Tel 258.1.490831 Fax 258.1.491178
Email sardc@maputo.sardc.net

Southern African Research and
Documentation Centre (SARDC)
15 Downie Avenue, Belgravia,
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel: 263.4.791141 Fax: 263.4.791271
Email: sadctoday@sardc.net
Web: http://www.sardc.net



Energia 5



Paul Bérenger 6



Comunicado da SADC 8



Prémios da Imprensa 13

- Análise Política: a reestruturação da SADC 3**
- As economias ameaçam objectivos internacionais do combate à pobreza 4**
- Os estados membros conseguirão atingir os objectivos de 2005 sobre questões de género? 7**
- A RISDP é o veículo da SADC para alcançar os ideais da NEPAD 7**
- Os princípios da SADC e as linhas de orientação sobre eleições democráticas 10**
- Coluna do convidado: A água deverá trazer vida e não a morte 12**
- Pela Região: Breves Notícias 14**
- Revisão Bibliográfica e e publicações recentes 15**
- Agenda da SADC, dias Feriados e Lista de Moeda 16**

Assine hoje

SADC TODAY encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Para seis edições anuais, o valor da assinatura é de US\$60 para fora de África, US\$35 para o resto de África e US\$30 para a SADC. A sua assinatura permiti-lo-á receber a revista por correio aéreo ou electrónico.

SADC Today é publicada em Inglês e Português e encontra-se igualmente disponível electronicamente em Francês.

Para mais detalhes sobre as assinaturas, por favor contacte o Editor.

Reestruturação da SADC: Progressos registados

Enquanto aclamavam os progressos significativos alcançados dentro do quadro de reestruturação da SADC, os líderes que atendiam à Cimeira das Maurícias, em Agosto, disseram ser necessário que o processo desse mais um passo em frente de modo que as recomendações acordadas passassem da teoria à prática, e lidem de forma efectiva, de acordo com os desafios que se tem por enfrentar.

Foram atingidos os seguintes pontos-chave:

- ♦ A Emenda do Tratado e respectivos instrumentos subsidiários;
 - ♦ Desenvolvimento doutra fórmula para a contribuição de estados membros;
 - ♦ Junção de 21 sectores em apenas 4 directorias baseados no Secretariado da SADC
 - ♦ Criação do Comité Integrado de Ministros e das Comissões Nacionais da SADC;
 - ♦ Auditoria dos projectos e programas da SADC bem como seus ganhos;
 - ♦ Implementação e Aprovação do Plano Estratégico Indicativo Regional (RISDP);
 - ♦ Conclusão do exercício de avaliação do Emprego
- Todavia, há ainda algumas tarefas por completar, nomeadamente:
- ♦ Emenda de instrumentos subsidiários como protocolos e memorandos de entendimento (MOUs), acordos e cartas;

- ♦ Estudos de Viabilidade em Agências de Pesca;
- ♦ Desenvolvimento e treinamento do Pessoal;
- ♦ Gestão do desempenho;
- ♦ Criação de um fundo para o desenvolvimento regional e;
- ♦ Acomodação das necessidades de longo prazo.

O próximo desafio da SADC é de implementar a nova estrutura e concluir efectivamente a fase de transição da reestruturação através de:

- ♦ Fortalecimento do Secretariado provendo-o de recursos necessários por forma a acelerar a nomeação dos Directores, chefes de Unidades e Oficiais Seniores dentro do próximo ano;
 - ♦ Convocação de reuniões regulares da Troika de modo a desempenhar as suas tarefas na qualidade do Comité Dirigente da SADC;
 - ♦ Fortalecimento e popularização das Comissões Nacionais da SADC de modo a que os estados-membros e parceiros façam o seu uso efectivo e as reconheçam como instituições da SADC;
 - ♦ Esforços deverão ser envidados por forma a que se estabeleça o Fundo para o Desenvolvimento da SADC;
- Em todas reuniões do Conselho, os estados-membros deverão submeter relatórios sobre a forma como estão sendo implementados os protocolos da SADC.

“Somos optimistas de que se à nova estrutura da SADC forem dados os recursos financeiros e humanos necessários, servirá como veículo que fará com que vigorosamente, comecemos a marcha da pobreza e marginalização rumo à prosperidade, abertura, ocupando o papel central na globalização dos assuntos económicos e políticos” disse Prega Ramsay, Secretário Executivo da SADC.

O lançamento do RISDP providenciou uma direcção estratégica e formas que permitem a operacionalização da Agenda Comum da SADC rumo à eradicacão da pobreza.

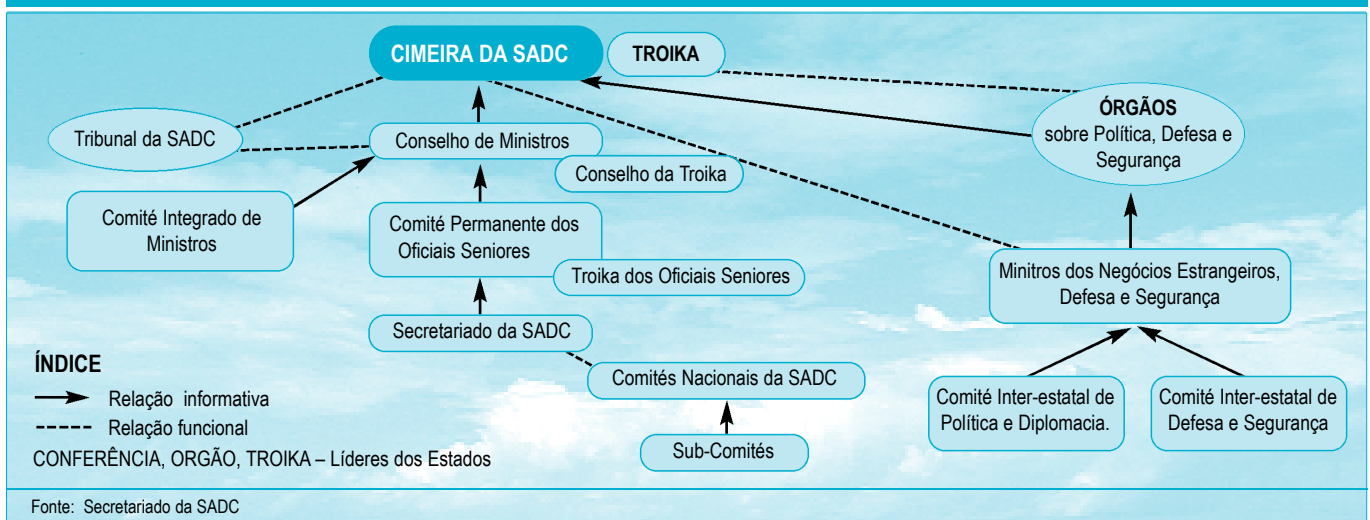
A responsabilidade da operacionalização do RISDP foi confiada aos Governos nacionais.

Os comités da SADC serão responsáveis pela disseminação da informação, implementação e monitoramento do RISDP à nível nacional. Eles certificarão também consultas largas e inclusivas à nível nacional que preencherão as necessidade requeridas pelo secretariado.

A nível do secretariado, planos sobre negócios estão sendo desenvolvidos para o lançamento à nível do Conselho de Ministros no próximo ano.

O Comité Integrado irá exercitar observações contínuas no processo de implementação de modo a garantir consistência nos resultados de acordo com a visão e missão da SADC bem como de acordo com os objectivos acordados. □

Quadro Funcional da SADC



As economias afectam os objectivos da erradicação da pobreza

por Munetsi Madakufamba

A maioria das economias dos países membros da SADC continuam com tendências de crescimento embora à níveis insignificantes para a redução progressiva da pobreza.

Dados recentemente lançados pela Diretoria da Indústria, Comércio e Finanças da SADC mostram que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu em cerca de 3.2 por cento em 2003, a mesma taxa de crescimento alcançada nos primeiros.

Angola, que saiu da guerra de devastação civil alcançou uma taxa de 17 por cento de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) em 2003. Botswana (6.7), Malawi (6.5), Moçambique (7) e República da Tanzânia (5.5) foram os melhores desempenhos do topo. A taxa de crescimento alcançada nos restantes países foi abaixo de cinco por cento, como o Zimbabwe que aparece com uma economia fixa para melhor neste ano, registando uma taxa negativa no crescimento económico.

Nas taxas correntes do crescimento muitos países da SADC não serão capazes de alcançar as Metas do Desenvolvimento do Milénio (MDG) de acabar com a pobreza em 2015. A meta crescimento económico mínimo internacionalmente acordada necessária para os países em via de desenvolvimento o alívio à pobreza MDG é de sete por cento por ano.

A maioria da nossa população nas regiões subiste abaixo das linhas internacionalmente aceitáveis, “diz Jakaya Kikwete, Ministério do Negócios Estrangeiros e Cooperação.”

A pobreza, que ronda em 40 por cento da população combinada da SADC, constitui um bom hóspede para expansão da maior parte das doenças transmissíveis como a tuberculose, malária e HIV e SIDA que muitas vezes tem retrocedido os esforços do desenvolvimento na região.

Fudzai Pamacheche, Chefe da Direcção reconomica da SADC diz que o outro grande desafio para a SADC é de os estados membros das SADC reduzirem a inflação. Disse que a recente carencia alimentar em algumas partes da região teve efeitos nos indices do proços do consumo em 2003, particularmente para “Lesoto, Swazilândia e Namibia” que tinham conseguido alcançar a redução da inflação nos ultimos anos. Porém, 7 países registaram taxas de um dígito de inflação durante o mesmo ano.

Um aumento significativo na interligação comercial foi alcançado alcançado a partir de 2000 quando o Protocolo Comercial da SADC iniciou. O comercio inter regional estima-se por volta de 25 por cento de todo o comercio internacional e espera-se que aumente para 35 por cento até os ano 2008 de acordo com as metas fixadas no guião da SADC, Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

Os grandes aumentos comerciais tem ocorrido nos sectores da industria têxtil, confecções, e açucareiras, diz Pamacheche, acrescentando que as zonas livres de comércio para estes sectores têm aberto oportunidades para a região.

Enquanto que o protocolo visa facilitar o troca de serviços e bens na região mediante a redução e por fim retirar as tarifas, ainda permanecem varias impedimentos.

Existe um trabalho de destaque na harmonização de medidas de saúde pública e fitosanitárias, que são graves para a comercialização dos produtos agrícolas, disse o economista da SADC, explicando o progresso na implementação do protocolo do comercio da SADC. Acrescentando, disse: “enquanto houver um progresso significativo

na comercialização de bens, o comercio nos serviços atrasa devido a falta de meios. Tratando-se do comercio nos serviços temos que ter em mente que a obrigação dos estados membros se encarregaram ao nível da Organização Mundial do Comercio (OMC) assim como as actuais negociações em volta do desenvolvimento de Doha.

Os países sa SADC, juntamente com outras nações em via de desenvolvimento enfrentam uma grande resistência a partir dos países ricos que são relutantes em reduzir e muito menos acabar com os subsídios para a agricultura, que fazem com que camponeses no sul sejam pouco competitivos.

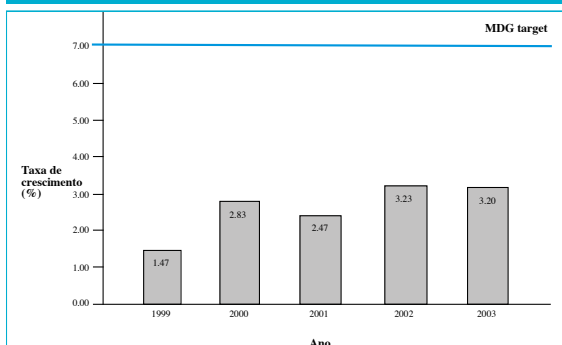
Para os países da SADC, existem dois grandes caminhos o sucesso das negociações comerciais. O quadro de trabalho da Organização Mundial de Comércio (OMC) e as negociações da Africa, Caraíbas e Pacíficos (ACP) com a União Europeia (UE), as negociações dos acordos regionais de parceria económica entre a SADC e EU foram iniciadas em Namíbia, Junho 2004.

A criação duma industria harmonizada e o aumento dos investimentos é ainda outro desafio para SADC.

A maior parte dos países da África Austral são produtores e exportadores de matéria prima com uma base industrial pequena que depende grandemente de maquinaria e equipamento importados. A África do Sul é economicamente o país mais industrializado da região, enquanto que as Maurícias e o Zimbabwe têm uma base significativa de fabricas.

Pamacheche afirma que a SADC está a realizar um levantamento regional da extensão do comércio transfronteiriço, um sector informal que tem crescido com firmeza durante os últimos anos, mas que continua bastante ignorados. O comércio transfronteiriço tem agora muita aceitação, sendo os maiores protagonistas disto as mulheres, detém o potencial para a transformação dos varios grupos sociais na região. Sabe-se que dos varios desafios economicos que a região enfrenta e a necessidade do alcance das convergencias macroeconomicas aceitaveis, a SADC planeia estabelecer um mecanismo de supervisão que ira monitorar o desempenhos dos estados membros e garantir que se confinam às acordadas. □

Taxa de crescimento do GPD da SADC, 1999 – 2003



Fonte: SADC Annual Report 2002 - 2003

África Austral dando passos para reverter a crise da energia

por Virginia Muwanigwa

O lançamento do maior projecto energético da região na RDC constitui um das varias iniciativas para garantir o fornecimento sustentável de energia na região da SADC.

O Corredor do Projecto de Electricidade Ocidental (Wwscor) inclui uma estação de 35.000 megawatt no Rio Congo, Inga Falls, que se espera fornecer energia para Angola, RDC, Namibia e inicialmente África do Sul, e mais tarde para o resto da região.

João Caholo, supervisor de infraestrutura e serviços da Direcção da SADC disse durante a conferência de imprensa na última Cimeira da SADC realizada nas Maurícias que os cinco (5) paises iniciaram o projecto com USD 7.3 biliões para aumentar o fornecimento da corrente electrica em linha com a fraca capacidade da geração de energia em Botswana, Namibia e África do Sul. A cimeira também recebeu dos seus estados membros, projectos de energias para reforçar a sua expansão para os anos 2005 – 2010 e até 2020. Os paises da SADC estão a explorar estratégias com vista a garantir o fornecimento sustentável de energia, incluído projectos de electricidades que visam complementar a fonte tradicional de energia tal como, térmica e combustível lenhoso, para o sustento do número crescente da população e economias.

Inga é a uma das maiores barragens hidroeléctricas no mundo e espera-se que em pleno funcionamento ultrapasse Cahora Bassa de Moçambique, que é actualmente uma das grandes estações hidroeléctricas da África produzindo aproximadamente cerca de 2.500 megawatts.

Fani Zulo, de Companhia de Electricidade da Africa do Sul (ESKOM), afirma que, os objectivos do projecto Inga são de fornecer “energia de baixo custo, acessível e não prejudicial ao meio ambiente” e garantir que o desenvolvimento económico na região não seja dificultada por falta das capacidades energéticas.

Isto é em resposta as projecções de que a capacidade reduzida de geração da energia na região poderá conduzir à vários constrangimentos caso não forem feitos grandes investimentos no campo da geração de energia até o ano 2007.

O Secretário Executivo da SADC Prega Ramsamy, disse que a região precisa de tomar rápidas acções com vista a resolver os constrangimentos da capacidade da produção de energia, através de acelerar projectos prioritários de geração de energia a curto prazo a partir de energia proveniente dos lagos da África Austral e sobre NEPAD. Os estados membros foram também persuadidos a enquadrar o plano de desenvolvimento com a implementação do plano das prioridades da geração de energia a curto prazo acrescido à exploração das fontes alternativas de energia tais como, energia reciclável.

SAPP formado em 1995, junta empresa de produção de energia dos treze estados membros da SADC. Tem como principal objectivo fornecer energia de baixo custo, segura e para regular a transmissão da electricidade alem fronteira e comercialização.

Caholo afirma que o maior foco tem sido sobre o aumento da comercialização da energia na SAP e o estabelecimento das instituições reguladoras para a reforma do mercado da energia eléctrica regional para permitir uma elevada participação de outros intervenientes e atrair investimentos.

SAPP fixou o mercado de energia a curto prazo (STEM), coordenado pelo escritorio regional da SAPP baseado no Zimbabwe, cujo objectivo é de reduzir os preços de energia entre os membros da SAPP. As Companhias de produção de energia em, Botswana, Moçambique, Namibia, África do Sul, Swazilania, Zambia e Zimbabwe estão comercializando sob supervisão da STEM, que observará as novas linhas de interligação e transmissão ao longo da rede SAPP, que expandirá o comercio regional de electricidade.

As interligações irão também ligar Malawi, Tanzania até estação

regional de electricidade, permitindo os países a importarem a corrente eléctrica a partir de outros países da SADC.

A Direcção de infraestruturas da SADC está a realizar estudos para desenvolver um programa de energia resciclável para África Austral que visa aumentar o aceso à tecnologias da produção da energia reciclável.

As pesquisas do uso das reservas do gás natural, opções nucleares, vento e energia solar e pequenos geradores a diesel ou a gasolina foram iniciadas. Quase metade da electricidade africana é gerada a partir do carvão.

Lovemore Chilimanzi da SAPP disse que enquanto fontes de energia renováveis tais como solares são uma pequena fonte, precisam de ser exploradas para s mercados regionais.

“Queremos ver a África do sul a desenvolver num verdadeiro mercado regional. Também queremos ser uma região de escolha para o investimento dos investidores de energia” diz.

Os projectos regionais de energia são coordenados ao nível continental pela NEPAD, cuja tarefa principal é de promover, facilitar e monitorar o desenvolvimento das actividades das infra-estruturas regionais.

A NEPAD desenvolveu um plano de acção a curto prazo para infraestruturas para implementação entre 2003-2007. A SADC, no seio de outras comunidades económicas da região submeteu uma lista de projecto com base no critério acordado com os objectivos da integração da parceria e promoção económica da NEPAD no continente. □



SADC revitalizada determinada

continuação da página 1

há sempre um longo caminho por percorrer visto que eles precisam de serem harmonizados com as políticas de cada país. Para além das Cartas e Declarações nenhum outro protocolo foi assinado desde 2002. Ao contrário das Cartas e Declarações, que constituem uma expressão de vontade e compromisso, os protocolos constituem um instrumento de trabalho que precisa de ser hormazado com as leis e políticas nacionais.

Nas Maurícias os líderes adoptaram imediatamente a aplicação dos princípios e orientações que regem a SADC. As orientações gerais eleitorais estão fixadas para serem aplicadas pela primeira vez durante as eleições que se aproximam em Botswana, Namíbia e Moçambique. A carência de recursos financeiros tem sempre sido citada, como sendo maior factor que impede a implementação das decisões da SADC. Apesar de reconhecer a ajuda externa, Mkapa e Bérenger defenderam em unísono a necessidade dos países membros tomarem a liderança em assuntos que lhes dizem respeito.

Outros constrangimentos têm a ver com os recursos humanos. O secretariado que desempenha uma grande tarefa de aconselhamento aos estados membros, não possui um número suficiente de recursos humanos. Conforme observado pela Cimeira, as quatro Direcções que surgiram após a fusão de 21 sectores previamente coordenadas pelos estados membros, são servidos por oficiais com contratos a curto prazo e com o apoio dado pelos estados membros e os directores estão ainda no processo de serem recrutados.

“O processo de recrutamento tem sido bastante lento”, a fase de transição foi demorada e antecipada, e isto tem elevado a incerteza e desmoralização entre os trabalhadores”, disse Mkapa, acrescentando que “tal situação tem tido um impacto negativo no desempenho e na entrega do programa. Os grandes novos escritórios para acomodar a grande equipa do secretariado também ainda está por ser construído, quatro anos após a decisão ter sido tomada e o terreno oferecido pelo governo de Botswana.

Este factor vai agora mudar com o número dos estados membros numa

mudança sem precedentes, reunindo um total de USD6.259.000 como montante para o arranque da construção dos novos escritórios. O primeiro ministro Berenger também prometeu visitar o Secretariado o mais tardar até Outubro por forma a garantir o progresso nas questões relacionadas com a reestruturações.

O Primeiro Ministro Mauriciano salientou as suas áreas prioritárias durante o seu mandato, abraçando as áreas identificadas pelos seus predecessor, Presidente Mkapa - Segurança Alimentar, HIV e SIDA, Paz e Segurança e agenda sobre a integração. Para esta lista acrescentou:

- ♦ Implementação dos protocolos da SADC mediante a elaboração de programas concretos da formação da comunidade mediante uma integração regional;
- ♦ Operacionalização dos dois maiores planos de desenvolvimento - RISDP e Plano Estratégico Indicativo para o órgão (SIPO) e criar as sinergias necessárias com a NEPAD,
- ♦ Racionalização dos vários Comitês tanto Técnicas como Ministeriais por forma a economizar o dinheiro:
- ♦ Aumentar a credibilidade da SADC vis-à-vis seus parceiros de cooperação internacional;
- ♦ Criar fortes relações com as organizações sub-regionais, continentais e multilaterais e;
- ♦ Encorajar os estados membros a alinhar as suas políticas nacionais para a cooperação regional com vista a estarem à corrente do processo de

PERFIL

Paul Raymond Bérenger Primeiro Ministro



Data de Nascimento	26 de Março de 1945 Estado Civil Casado com Arline Perrier e tem três Filhos
Qualificações	BA (Hons) Filosofia e Francês, da Universidade de Gales
Condecorações	Grande Comandante da Estrela de Ordenação e Oceano Indico (G.C.S.K.), Grande Oficial da Ordem Nacional de Malgaxe (GONM)
Carreira	
1969 - 1983	Secretário Geral do MMM (Movimento dos Militantes das Maurícias)
1970 - 1982	União Sindicalista
1976 - 1987	Membro da Assembleia Legislativa da Constituição de Belle Rose/Quatre Bomes
1983-1987	Líder da Oposição
Novembro de 1990	Conselheiro Especial do Primeiro Ministro no Departamento de Desarmamento Externo
Setembro de 1991	Membro da Assembleia Legislativa para a Constituição do Rose Hill/Stamley
Outubro de 1991 - Agosto de 1993	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Dezembro de 1995	Reeleito para o cargo de Membro da Assembleia Nacional para a Constituição do Rose Hill/Stamley
Dezembro de 1995	Primeiro Ministro Adjunto e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Internacional e cooperação Regional
Julho de 1997	Líder da Oposição
Outubro de 2000	Primeiro Ministro Adjunto e Ministro das Finanças
30 de Setembro de 2003	Primeiro Ministro e Ministro da Defesa e Interior

Fonte: Governo das Maurícias

globalização e fazer um progresso significativo em relação a pobreza.

Com esta breve e prática agenda, o mandato do primeiro ministro Bérenger é tido como interessante. Ao encerrar a Cimeira, disse: “em Maurícias, não somos conhecidos como fazedores de grandes discursos, mais interessados em acção”. □

Os estados membros da sadc irão atingir as suas metas até 2005?

por Barbara Lopi

Irão os estados membros da SADC atingir as metas estabelecidas nos compromissos da região com vista a reduzir os desníveis de género e melhorar o bem estar e direitos das mulheres fixados para o ano 2005?

Em 1997 os chefes de estado e de governo da SADC comprometeram-se em alcançar, até 2005, 30% de representação feminina em todas áreas de tomada de decisão.

Em 2000 os líderes dos países da SADC juntaram-se ao resto do mundo na adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas (MDGs). O Objectivo número 3 das MDGs obriga aos estados ou governos a “promover equidade do género bem como a sua capacitação” fixando metas para a eliminação das disparidades do género no ensino primário e secundário, de preferência até o ano de 2005 e para todos os níveis até 2015.

2005 é tido como data limite e os avanços nas Objectives de Desenvolvimento Global, apontam que a maioria dos países da região da SADC ou já alcançaram ou ainda estão por alcançar as metas fixadas em relação a equidade do género.

Em relação a meta dos 30% de mulheres em frente de estruturas da política e na tomada de decisões até 2005, a maioria dos estados membros da região estão a lutar para o conseguir.

Os três países da SADC, Botswana, Moçambique e Namíbia tem eleições antes do final de 2004 enquanto que Angola, Lesoto, República Unida da Tanzânia e Zimbábue terão as suas em 2005. As eleições dão oportunidades aos países avançar em direcção ao alcance das suas metas. □

Mulheres na tomada de decisões e na participação política nos países da SADC

País	% das Mulheres Representantes no Parlamento Nacional	% das Mulheres nos Gabinetes	% das Mulheres Adjuntas ou Assistentes com pastas	% Percentage Mulheres m das Ministras	% das Mulheres Adjuntas nos Governos Locais
Angola	16.4	11.5	11.1	10.7	1.2
Botswana	15.9	26.7	16.7	33.3	22.8
DRC	12	-	-	-	-
Lesoto	12	23	33	-	-
Malawi	14.0	20.7	-	33.3	-
Murúcias	8.6	4	-	-	9.2
Moçambique	31.2	13.04	-	27.8	29.7
Namíbia	22.1	18.5	26.3	25.0	43.3
África do Sul	32.75	42.9	47.6	47.6	28.2
Swazilândia	19	18.8	-	-	-
Tanzânia	22.5	15	29	23.5	34.2
Zâmbia	13.7	23.8	9.75	10.0	7.0
Zimbábue	10.7	14.3	10	8.3	4.3

FONTE: Relatórios Nacionais sobre a Implementação da Declaração sobre o Género e Desenvolvimento.

RISDP é o meio para a SADC atingir os objectivos da NEPAD

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) apresenta a região com oportunidades baseadas em sinergias que existem no próprio guião regional, segundo um alto encontro sobre a NEPAD convocado pelo Conselho de Ministros da SADC, nas Maurúcias em Agosto.

O encontro notou que a região olha para o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) como uma “expressão regional da SADC e veículo para se alcançar os ideais da NEPAD.”

Foi também notado que os objectivos, princípios subjacentes e áreas prioritárias de ambos os planos são similares. Ambas as iniciativas valorizam a paz e segurança;

democracia e boa governação; capacitação; erradicação da pobreza, género e desenvolvimento; HIV e SIDA; ciência e tecnologia; informação e tecnologias de comunicação (ITC); agricultura e segurança alimentar; ambiente; desenvolvimento social e humano; infraestrutura; comércio e liberalização económica.

As similaridades nas áreas prioritárias nas iniciativas continental e regional também significam que a SADC e a União Africana poderão seguir projectos relacionados. “Os projectos submetidos à NEPAD deveriam aparecer nos planos de desenvolvimento nacional e regional como prioridades,” disse Albert Muchanga, o Vice-Secretário Executivo da SADC.

O encontro recomendou que os secretariados da SADC e NEPAD trabalhem estreitamente para melhor resultados.

Foi também notada a necessidade da SADC tomar em conta questões emergentes do processo da NEPAD.

Acrescido a isso, a Cimeira da SADC notou que o Conselho mandatou os seus representantes da região no Comité de Implementação da NEPAD e os Chefes de Estado e Comité de Implementação de Governos (HSGIC) – África do Sul, Angola, Botswana, Maurúcias e Moçambique – a fortalecerem a sua interacção com a região. Foi acordado que a África do Sul será o porta-voz do grupo e deverá reportar à regular cimeira. □

Comunicado final da cimeira da sadc

... No seu discurso de abertura, o Presidente Cessante da SADC, Sua Excelência Benjamin William Mkapa, Presidente da República Unida da Tanzânia, descreveu os principais resultados alcançados durante o seu mandato, nomeadamente o lançamento do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), a adopção da Declaração e do Plano de Acção sobre a Agricultura e Segurança Alimentar, o estabelecimento da Unidade de HIV e SIDA no Secretariado e o desencadeamento do processo de estabelecimento do Trust Fund da SADC para o HIV e SIDA.

O Presidente Mkapa apelou para uma maior coerência nas políticas e vontade política no seio da SADC, de modo a elevar a visão do nível nacional para o nível regional. O Presidente Mkapa alertou os Estados Membros de que, uma demasiada concentração no que pretendem a nível nacional como resultado de uma integração acelerada, poderá comprometer os grandes benefícios a longo prazo. ...

O novo Presidente em exercício da SADC, Sua Excelência Paul Raymond Berenger, Primeiro-ministro das Maurícias e anfitrião da Cimeira de 2004, notou que, não obstante a República das Maurícias estar separada dos restantes países da SADC por centenas de quilómetros de mar, os países da África Austral estavam invisivelmente unidos pelos seus objectivos e esforços comuns e pela sua visão partilhada da SADC, como comunidade de nações poderosa e próspera. ...

Durante a cerimónia oficial de abertura, foi lançado o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO) pelo Presidente cessante do Órgão, Sua Excelência Pakalitha Mosisili, do Reino do Lesoto. No acto de lançamento, Sua Excelência Pakalitha Mosisili afirmou que o SIPO constitui um instrumento de facilitação da implementação do programa de desenvolvimento da SADC, incorporado no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP). O

Presidente cessante do Órgão, sublinhou que o principal objectivo do SIPO é criar um ambiente político e de segurança estável no qual a Região se esforçará por concretizar os seus objectivos sócio-económicos.

A cerimónia oficial de abertura testemunhou a passagem da presidência, de Sua Excelência o Presidente Benjamin W. Mkapa para Sua Excelência o primeiro-ministro Paul Berenger. A Cimeira elegeu também Sua Excelência Festus G. Mogae, Presidente da República do Botswana, para o cargo de vice-presidente da SADC.

No seu discurso de aceitação, o primeiro-ministro Berenger garantiu à região que, as questões que o seu predecessor abraçou com fervor, continuarão no topo da agenda processo de integração regional da SADC durante o seu mandato. ...

O novo Presidente em exercício comprometeu-se a melhorar as relações comerciais e os investimentos entre a SADC e a Índia e entre a SADC e a China. O Primeiro Ministro manifestou a esperança de que com as eleições livres e justas no Zimbabwe previstas para o princípio do próximo ano, a SADC pode preparar para a normalização das suas relações com a União Europeia e com os Estados Unidos de América.

A Cimeira elegeu Sua Excelência o Presidente Thabo Mbeki da África do Sul para o cargo de Presidente do Órgão de Política, Defesa e Segurança e Sua Excelência Sam Nujoma, da Namíbia, para o cargo de vice-presidente. ...

Na sua alocução, o Secretário Executivo da SADC, Prega Ramsamy afirmou que o índice de crescimento económico da Região foi positivo nos últimos dez anos como resultado dos esforços concertados e das medidas macro-económicas deliberadas tomadas pelos Estados Membros, tais como a liberalização das trocas comerciais, dos mercados financeiros e de capitais, a redução dos défices orçamentais e a reforma do sector público.

Por outro lado, o Ramsamy enfatizou a necessidade dos Estados Membros

garantirem que as prioridades contidas no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) sejam enquadradas nos planos nacionais de desenvolvimento de modo a garantir a sua implementação efectiva.

A Cimeira mandou o Presidente do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança para enviar uma missão à RDC e aos países vizinhos com o objectivo de determinar e identificar as modalidades práticas a serem seguidas, com vista a promover a paz e a segurança naquele Estado Membro. A missão deverá também identificar as estratégias que a SADC deve implementar para apoiar o processo de transição e a organização das eleições democráticas na RDC.

Relativamente à Swazilândia, a Cimeira notou que o processo de elaboração da Constituição, empreendido por aquele país será concluído até ao fim de Novembro de 2004. A Cimeira notou ainda que o Projecto de Constituição foi remetido aos cidadãos do país para enriquecimento e apresentação de comentários antes da versão final ser adoptada através do processo parlamentar. Por outro lado, a questão da ausência do estado de direito está a merecer a necessária e oportuna atenção do Reino e, esperando-se para breve a constituição do Tribunal de Recurso. ...

Sobre o Zimbabwe, a Cimeira notou que as próximas eleições parlamentares estão agendadas para Março de 2005. Sua Excelência o Presidente Robert Mugabe já fez o anúncio público neste sentido. Assim, a Cimeira foi informada que o Governo do Zimbabwe elaborou a lei eleitoral consistente com os recém-adoptados Princípios e Linhas Gerais da SADC, que regem eleições democráticas. ...

A Cimeira adoptou os Princípios e Linhas Gerais da SADC que regem as Eleições Democráticas, com o objectivo de promover a transparência e a credibilidade das eleições, a governação democrática, assim como, para que sirva como garante da aceitação dos resultados das eleições pelas partes envolvidas no processo.



2004

A Cimeira reiterou a urgência do Projecto Hashim Mbita que tem como objectivo documentar a história das lutas de libertação na África Austral. Para este efeito, Moçambique e a Namíbia prometeram uma contribuição monetária de 100 mil dólares americanos cada para apoiar o projecto. ...

Relativamente ao sector de energia, a Cimeira observou que a situação do abastecimento de energia na região da SADC atingirá níveis de crise até 2007, caso não sejam tomadas medidas apropriadas para o aumento da sua capacidade de produção de energia na Região. A Cimeira notou que vários países da SADC submeteram projectos para a expansão da capacidade de produção de energia, no contexto dos planos prioritários a curto e longo prazos, cobrindo os períodos de 2005-2010 e de 2010-2020, respectivamente. ...

A Cimeira notou que a dimensão da pandemia do HIV e SIDA na região atingiu níveis de crise. ...

Os principais factores que contribuem para o alastramento da pandemia incluem a pobreza generalizada, a desigualdade do género, o analfabetismo, o estigma, a discriminação, os sistemas de cuidados de saúde inadequados e o abuso do uso de drogas. A Cimeira sublinhou a importância da nutrição e da medicina tradicional na superação dos desafios enfrentados na área da saúde, em particular o HIV e SIDA. Neste contexto, a Cimeira notou o estabelecimento de um Comité Ministerial sobre a medicina tradicional composto pelo Malawi, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue. O Comité apresentará propostas sobre o nível de investigação, eficácia e uso da medicina tradicional para lidar com as principais doenças e suplementos nutricionais. ...

No que respeita à Segurança Alimentar, a Cimeira notou que se registou uma melhoria marginal na situação da segurança alimentar durante a época de 2004-2005, em comparação ao ano anterior. Estima-se que o número de pessoas que requerem assistência

alimentar registou um decréscimo de 6,5 milhões de pessoas em 2003/04 para 5,4 milhões em 2004/05.

A Cimeira notou que as projecções para a época de 2004/2005 indicam que o défice de cereais atingirá cerca de 1,93 milhões de toneladas, o que se situa abaixo da estimativa de 2,93 milhões de toneladas projectada para a época de 2003/2004. A redução resulta do aumento da produção cerealífera, particularmente em Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

A Cimeira louvou o Presidente cessante, Sua Excelência Benjamin Mkapa pela convocação da Cimeira Extraordinária da SADC sobre Agricultura e Segurança Alimentar em Maio de 2004. A Cimeira exortou todos os Estados Membros a honrarem os compromissos assumidos na Declaração adoptada na Cimeira. ...

Relativamente à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a Cimeira apreciou o relatório da Reunião Ministerial de Alto Nível sobre a NEPAD. A Cimeira notou que as questões debatidas incluíram uma Visão geral da Iniciativa da NEPAD; as Sinergias entre a NEPAD e o RISDP; Democracia, Paz, Segurança e o Meio-ambiente; Educação e Saúde, Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento de Infra-estruturas e Turismo; Mobilização de Recursos e Capacitação.

A Cimeira acordou que os representantes da SADC no Comité de Implementação dos Chefes de Estado e de Governo, sob a liderança do Presidente Mbeki, informarão regularmente os restantes Chefes de Estado e de Governo sobre a implementação do Programa da NEPAD.

A Cimeira notou o lançamento das negociações com a União Europeia para um Acordo de Parceria Económica com a SADC. A Cimeira notou que após o lançamento das negociações, os Ministros da SADC/EPA e os Comissários da CE realizaram a primeira sessão das negociações e acordaram num roteiro conjunto que orientará as negociações.

A Cimeira analisou o pedido de adesão à SADC, apresentado pelo Madagáscar, e decidiu conceder o “estatuto de membro candidato” a este país, por um período de um ano, durante o qual o Madagáscar deverá apresentar ao Conselho, através do Secretariado, um calendário detalhado e um plano de acção indicando a forma como cumprir com as obrigações, incluindo a implementação dos vários instrumentos jurídicos da SADC. O Presidente do Madagáscar, Sua Excelência Marc Ravalomanana, participou na cerimónia do encerramento da Cimeira e manifestou o seu apreço à SADC por conceder o estatuto de “candidato a membro”.

Relativamente à construção da sede da SADC, a Cimeira aprovou a criação de um Grupo de Trabalho integrando os Ministros das Finanças da Troika da SADC e da Troika do Órgão, a fim de mobilizarem os recursos necessários à implementação do projecto. Os Estados Membros acordaram a contribuir com um total de 6.250.000 dólares americanos como o montante inicial para a sede da SADC.

A Cimeira aprovou o Hino da SADC e que o mesmo seja tocado em todas as principais cerimónias da SADC e em todas as escolas primárias e secundárias de todos os Estados Membros no Dia da SADC – 17 de Agosto e no Dia dos Criadores da SADC – 14 de Outubro.

No que respeita ao Campeonato Mundial de Futebol, de 2010, a Cimeira felicitou a África do Sul por ser o país organizador deste acontecimento e exortou os Estados Membros da SADC a cooperarem com a África do Sul, a fim de garantir o acolhimento com êxito deste acontecimento. A Cimeira notou, ainda, que os Ministros dos Desportos, Turismo e Informação elaborarão as estratégias que garantirão que o acolhimento do Campeonato Mundial traga benefícios para a Região.

A Cimeira aceitou a oferta de Sua Excelência o Presidente Festus G. Mogae em acolher a próxima Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da SADC, em Agosto de 2005. □



Princípios e linhas gerais da sadc que regem eleições democráticas

INTRODUÇÃO

A região da SADC registou avanços significativos na consolidação da participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, assim como na consolidação da prática e de instituições democráticas. As Constituições de todos os Estados Membros defendem os princípios de igualdade de oportunidades e a participação plena dos cidadãos no processo político.

Os países da África Austral, inspirando-se na sua identidade histórica e cultural comuns forjada durante séculos, acordaram em encapsular os seus aspectos comuns numa única visão, a de um FUTURO COMUM. Neste contexto, em 1992, os países da África Austral reunidos em Windhoek, República da Namíbia, assinaram um Tratado que cria a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O Artigo 4º do Tratado estipula que “os direitos humanos, a democracia e o estado de direito” são princípios que guiam os actos dos seus membros. O Artigo 5º do Tratado define os objectivos da SADC, que comprometem os Estados Membros a “promoverem valores políticos, sistemas e outros valores comuns transmitidos através de instituições que são democráticas, legítimas e efectivas”. O Artigo compromete também os Estados Membros a “consolidar, defender e manterem a democracia, paz, segurança e estabilidade” na Região.

O Protocolo da SADC sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança estabelece que a SADC deverá “promover o desenvolvimento de instituições e práticas democráticas dentro dos territórios dos Estados Parte e encorajar o respeito pelos direitos humanos universais, conforme preconizado na Carta e Convenções da Organização da Unidade Africana [União Africana] e das Nações Unidas.”

Por outro lado, o Plano Estratégico Indicativo (SIPO), como mecanismo de implementação do Protocolo, enfatiza a necessidade da consolidação democrática na Região. O desenvolvimento dos princípios que regem eleições democráticas tem em vista promover a transparência e credibilidade das eleições e de governação democrática, assim como garantir a aceitação dos resultados eleitorais por todos os partidos concorrentes.

As Linhas Gerais têm como base não apenas os instrumentos jurídicos e políticos da SADC, mas também os principais princípios e linhas de orientação, emanados da Declaração da OUA/UA sobre os Princípios que Orientam as Eleições Democráticas em África – AHG/DECL.1 (XXXVIII) e as Directrizes da UA para as

Missões da União Africana para Observação e Monitorização Eleitoral – EX/CL/35 (III) Anexo II.

2. PRINCÍPIOS PARA A CONDUÇÃO DE ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS

2.1 Caso um Estado Membro da SADC decidir convidar a SADC para observar as suas eleições, o processo será baseado nas disposições contidas no Protocolo da SADC para a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança.

2.2 Na condução de eleições democráticas, os Estados Membros aplicarão os seguintes princípios:

2.2.1 Plena participação dos cidadãos no processo político;

2.2.2 Liberdade de associação;

2.2.3 Tolerância política;

2.2.4 Intervalos regulares das eleições, conforme o estabelecido nas respectivas Constituições Nacionais;

2.2.5 Igualdade de oportunidades para todos os partidos políticos, em termos de acesso aos média estatais;

2.1.6 Igualdade de oportunidades para exercer o direito de voto e de ser votado;

2.1.7 Independência do sistema Judiciário e imparcialidade das instituições eleitorais; e

2.1.8 Educação do eleitor.

2.1.9 Aceitação e respeito dos resultados das eleições pelos partidos políticos, proclamados pelas Autoridades Eleitorais Nacionais como tendo sido livres e Justas, em conformidade com a lei do país.

2.1.10 Contestar os resultados eleitorais de acordo com a lei vigente no país.

3. MANDATO E CONSTITUIÇÃO DA MISSÃO DE OBSERVADORES ELEITORAIS DA SADC

3.1 Caso um Estado Membro da SADC considerar necessário convidar à SADC para observar as suas eleições, a Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) terá o papel de Observador. O mandato da Missão terá como base o Tratado e o Protocolo sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança.

3.2 O Presidente do Órgão constituirá oficialmente a Missão, mediante a recepção de um convite oficial da Comissão Eleitoral do Estado Membro que realiza as eleições.

3.3 O Presidente do Órgão mandatará o Secretário Executivo para emitir uma Carta Credencial para cada Estado Membro da SEOM, antes do envio da Missão ao Estado Membro em eleições.

3.4 A composição da Missão deverá estar em conformidade com a política da SADC relativamente ao equilíbrio do género. Embora se reconheça que os Membros da Missão possam ser provenientes de

diferentes partidos políticos nos seus países de origem, o grupo deverá respeitar o espírito de equipa.

4. LINHAS GERAIS PARA A OBSERVAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ELEIÇÕES

4.1 Os Estados Membros da SADC orientar-se-ão pelas seguintes linhas gerais, para a determinação da natureza e âmbito da observação e monitorização de eleições:

4.1.1 Garantias constitucionais e legais de liberdade e direitos dos cidadãos;

4.1.2 Ambiente conducente à eleições livres e pacíficas;

4.1.3 Não-discriminação no registo dos eleitores;

4.1.4 Existência de lista actualizada e acessível de eleitores;

4.1.5 Divulgação oportuna da data das eleições;

4.1.6 Sempre que for aplicável, o financiamento dos partidos políticos deverá ser transparente e com base nos limites acordados, em conformidade com a legislação vigente no país;

4.1.7 Os centros de voto deverão estar situados em locais neutros;

4.1.8 Contagem de votos nos próprios centros de votação; e

4.1.9 Estabelecimento de mecanismo de apoio à planificação e ao envio das missões de observação eleitoral; e

4.1.10 As Missões de Observação Eleitoral da SADC deverão ser enviadas pelo menos duas semanas antes do dia do escrutínio.

5. CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS OBSERVADORES ELEITORAIS

5.1 O código de conduta para os observadores eleitorais da SADC é compatível com a Declaração da OUA/UA sobre os Princípios que Orientam Eleições Democráticas em África – AHG/DECL.1 (XXXVIII). Neste sentido, as Missões de Observação Eleitoral da SADC deverão respeitar o seguinte código de conduta:

5.1.1 Cumprir com todas as leis e legislações nacionais;

5.1.2 Observar imparcialidade rigorosa na condução dos seus deveres, e evitar qualquer parcialidade ou preferência em relação às autoridades nacionais, partidos e candidatos concorrentes, no processo eleitoral. Por outro lado, os observadores e monitores não deverão exibir ou usar símbolos, cores ou banderolas partidários;

5.1.3 Não deverão aceitar, nem tentar adquirir quaisquer presentes, favores ou incentivos de qualquer candidato, seu agente, partido, ou de qualquer outra organização ou pessoa envolvida no processo eleitoral;

5.1.4 Revelar imediatamente às estruturas competentes da SADC qualquer relação passível de criar conflitos de interesse com as suas funções ou com o processo de observação e avaliação das eleições;

5.1.5 Basear todos os relatórios e as conclusões em provas bem documentadas, factuais e verificáveis de várias fontes credíveis, assim como na sua informação de testemunhas oculares;

5.1.6 Obter resposta da pessoa ou organização interessada, antes de tratar qualquer alegação sem substância como sendo válida;

5.1.7 Identificar nos seus relatórios informação exacta e as fontes de informação que tenham recolhido e usado como base para a avaliação do processo ou ambiente eleitoral;

5.1.8 Apresentar toda a informação recolhida ou testemunhada de forma honesta e precisa;

5.1.9 Informar, no encontro com os oficiais eleitorais, estruturas governamentais competentes e funcionários da função pública, partidos, candidatas e seus agentes, sobre as metas e os objectivos da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM);

5.1.10 Poderão querer denunciar casos de irregularidades junto dos oficiais eleitorais locais, mas sem nunca dar instruções ou decisões contrárias às dos oficiais eleitorais;

5.1.11 Ser portadores de qualquer identificação emitida a todo o momento, e identificarem-se à qualquer autoridade interessada, mediante o pedido para o efeito;

5.1.12 Cumprir com as suas tarefas de forma discreta, e sem interferir com o processo eleitoral, procedimentos do dia de votação, ou com a contagem de votos;

5.1.13 Abster-se de comentários ou opiniões pessoais ou prematuros sobre as suas observações aos meios de comunicação social ou à qualquer outra pessoa interessada, e limitar quaisquer comentários à informação geral sobre a natureza das suas actividades, como observadores;

5.1.14 Participar em sessões de informe/formação organizadas pela Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM);

5.1.15 Fornecer, a tempo, relatórios aos seus supervisores e participar em qualquer sessão de apresentação de relatório de actividade, conforme necessário; e

5.1.16 Trabalhar em harmonia com os outros colegas e observadores das outras organizações na área de destacamento.

6. DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS OBSERVADORES ELEITORAIS DA SADC

6.1 Os direitos e as responsabilidades das Missões de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) assentam na experiência da SADC e nas Linhas Mestras da UA para as Missões

de Observação e Monitorização Eleitoral. Nesta conformidade, as Missões de Observação Eleitoral da SADC terão como direitos e responsabilidades o seguinte:

6.1.1 Liberdade de circulação dentro do país anfitrião;

6.1.2 Acreditação como observadores eleitorais, numa base não-discriminatória;

6.1.3 Liberdade de acesso e de comunicação com os media;

6.1.4 Livre acesso a toda legislação e regulamentos que regem o processo e ambiente eleitoral;

6.1.5 Livre acesso aos registos eleitorais ou de voto;

6.1.6 Liberdade de acesso a todos os locais de votação e centros de contagem;

6.1.7 Liberdade de comunicar livremente com todos os partidos, candidatos políticos concorrentes e demais associações ou organizações políticas, e organizações da sociedade civil;

6.1.8 Liberdade de comunicar com os eleitores sem prejuízo à lei eleitoral que proíbe tal comunicação para proteger o sigilo do voto;

6.1.9 Comunicar e ter liberdade de acesso à Comissão Nacional Eleitoral ou às autoridades eleitorais apropriadas e a todos outros administradores eleitorais;

6.1.10 A SEOM deverá ser liderada por um oficial apropriado do Gabinete da Presidência do Órgão, que deverá ser também o presidente da Missão.

6.1.11 Enviar ao Representante do Órgão relatórios regulares sobre o processo de observação eleitoral relativamente às questões que possam apelar atenção urgente;

6.1.12 Imitir uma Despacho sobre a conduta e resultados das eleições logo a seguir ao anúncio dos resultados; e

6.1.13 Preparar um Relatório Final dentro de um período prazo de trinta (30) dias, após a divulgação dos resultados.

7. RESPONSABILIDADE DO ESTADO MEMBRO QUE REALIZA ELEIÇÕES

7.1 Tomar as medidas necessárias para garantir a implementação escrupulosa dos princípios acima enunciados, em conformidade com o processo constitucional do país;

7.2 Criar onde não existirem, instituições apropriadas em que questões como códigos de conduta, cidadania, residência, idade para eleitores elegíveis e a compilação de readernos eleitorais, são tratadas;

7.3 Criar instituições eleitorais nacionais imparciais, totalmente inclusivas, competentes e responsáveis, apetrechadas de pessoal qualificado, bem como entidades jurídicas competentes, incluindo tribunais constitucionais efectivos para arbitragem em caso de litígios decorrentes da condução das eleições;

7.4 Salvaguardar as liberdades humanas e civis de todos os cidadãos, incluindo a

liberdade de circulação, assembleia, associação, expressão e de fazer campanha, bem como de acesso aos media por todos os actores intervenientes, durante os processos eleitorais de acordo com o disposto no ponto 2.1.5 supra.

7.5 Tomar todas as medidas e precauções necessárias para a prevenção de actos de fraude, manipulação ou de quaisquer outras práticas ilegais durante todo o processo eleitoral, de modo a manter a paz e segurança;

7.6 Garantir a disponibilidade de meios logísticos e de recursos adequados para a realização de eleições democráticas;

7.7 Garantir a segurança adequada de todos os partidos concorrentes nas eleições;

7.8 Garantir a transparência e integridade de todo o processo eleitoral, através da facilitação do destacamento de representantes de partidos políticos e de candidatos individuais para locais de votação e de contagem, bem como através do credenciamento dos observadores/monitores nacionais e outros;

7.9 Encorajar a participação da mulher, pessoas portadoras de deficiência e jovens, em todos os aspectos do processo eleitoral, de acordo com as leis nacionais;

7.10 Emissão de convites para a SADC, pelas Instituições Eleitorais competentes do país que realiza as eleições, noventa dias antes do dia da votação, com vista a possibilitar os preparativos adequados para o envio da Missão de Observação Eleitoral;

7.11 Garantir a liberdade de circulação dos membros da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) dentro do país que realiza as eleições;

7.12 Credenciamento dos membros da SEOM como observadores ou monitores eleitorais, numa base não discriminatória;

7.13 Permitir a livre comunicação dos membros da SEOM com todas as partidos políticos concorrentes, candidatos, outras associações e organizações políticas, e organizações da sociedade civil;

7.14 Permitir a livre comunicação dos membros da SEOM com os eleitores, salvo no caso da lei eleitoral definir de forma razoável tal comunicação de modo a proteger o carácter secreto do voto;

7.15 Permitir aos membros da SEOM acesso sem obstáculos e livre comunicação com os media;

7.16 Permitir a livre comunicação dos membros da SEOM e o acesso sem obstáculos à Comissão Nacional de Eleições ou autoridade eleitoral apropriada e a todos outros administradores eleitorais;

7.17 Permitir aos membros da SEOM livre acesso à toda a legislação e regulamentos que regem o processo e ambiente eleitoral;

7.18 Permitir aos membros da SEOM livre acesso aos cadernos eleitorais;

7.19. Garantir aos membros da SEOM livre acesso e sem restrições a todos os postos de votação e centros de contagem. □

Proposta Vencedora – Ensaios das Escolas Secundárias da SADC sobre a água

'A água é importante para o desenvolvimento sócio-económico bem como para a paz e prosperidade. O que acha que a SADC deveria fazer para promover o uso efectivo dos recursos hídricos na região?'

O saneamento abastece água potável para a população. As vidas humanas não devem ser postas em risco por causa do consumo de água. A água deve conduzir à vida e não à morte.

A água desempenha um papel de relevo no desenvolvimento económico. É através de iniciativas que visam aliviar a pobreza, tornando o líquido precioso acessível à todos, que mais empregos são criados. Onde se desenvolvem projectos de água, as populações são aliviadas do desemprego, por exemplo: com os projectos de barragens ...

...Através destes projectos e muito mais, existe uma cooperação regional na gestão de água, paz e prosperidade. Países pouco afortunados financeiramente formam parcerias para fornecer água ...

Uma vez que as relações são estabelecidas em países em cooperação, a paz prevalece; a população viaja em paz para e de outro país. Isto garante que a indústria do turismo se desenvolva. Artistas ganham dinheiro através da venda dos seus produtos, o que tem um impacto positivo na economia. Enquanto se estabelecem relações entre países, a guerra é improvável. Este estado promove desenvolvimento e prosperidade...

Através da tecnologia, é possível o fornecimento da água potável. Hoje em dia é fácil e rápido usar água visto que se pode abastecer às comunidades, e até melhor as famílias. A vida tornou-se eficiente através do fornecimento da água potável.

...Água é uma das mais importantes componentes das indústrias. A água é usada na indústria para lavar materiais e arredores para prevenir germes e produzir bons produtos e higiênicos.

A energia hidroelétrica é produzida usando a energia da água que desce... Então, sem água haveria uma limitação de energia...

Precisamos ser capazes de saber como conservar água porque se não as consequências de não conservação de água serão severas e permanentes. Se não são tomadas nenhuma medidas para conservação da água, esta poderia se tornar escassa. Se não conservada, a água não poderá satisfazer a demanda do rápido crescimento da população. As futuras gerações terão recursos que precisam...

A SADC deveria educar as populações sobre gestão de recursos hídricos. Através do conhecimento (a organizações) será capaz de afectar as mentes e atitudes da população no sentido de poupar a água e a sua gestão. A SADC deveria fazer a gestão da água para toda gente; cada indivíduo deve se preocupar com a água. A população precisa de ser instruída como economizar a água afecta directamente a eles e seus filhos e as suas comunidades.

Dizer que uma torneira mal fechada gasta água equivalente à muitos baldes ou uma sanita partida mais de trinta baldes de água por dia, não é mentira.



Samukelisiwe Dlamini

Visão A sobre a água

SADC pode disseminar a informação bem como levar a cabo campanhas cívicas sobre a gestão dos recursos hídricos através de jornais locais grátis, folhetos, cartazes e programas radiofónicos e televisivos. A SADC deverá organizar seminários e encontros para educar a população na conservação e gestão deste recurso nas igrejas, clínicas e hospitais, escolas, infantários, organizações femininas bem como nos grupos pró-ambientalistas. A SADC poderá também organizar campanhas porta à porta para tentar implementar a gestão de recursos de água.

As comunidades devem ser ensinadas como devem fixar cisternas, torneiras e casa de banho. A SADC pode patrocinar sessões de ensino sobre "canalização comunitária" por forma a encorajar a reparação das roturas nas canalizações e ajudar os pobres... A população somente deveria comprar as peças. A reparação deveria ser grátis; a SADC deveria pagar os custos. Isto favorecia a

criação de postos de emprego, o que ajudaria a desenvolver os nossos povos, dando-lhes melhores condições de vida. As notícias de sucesso do programa correria como um fogo selvagem.

A SADC deve ser capaz de se autopromover de modo que os africanos fiquem a saber que existe uma organização que se preocupa com o seu futuro. O resultado será que a água será bem usada, a pobreza será limpa através da criação de postos de emprego. A visão da SADC sobre "uma vida melhor para todos" tornar-se-ia uma realidade.

Muita gente pensa que é difícil controlar as cheias e secas, mas na verdade, é possível. Se o capim e as árvores fossem plantadas ajudaria a absorção e retenção da água da chuva....

Reservatórios deveriam ser construídos por forma a acumular grandes quantidades de água da chuva. Estas quantidades retidas, seriam depois distribuídas às regiões carentes da água. os reservatórios serviriam também para conter o aumento excessivo de caudais dos rios e assim as cheias.

A população também pode gerir secas deixando de poluir o solo. A camada de ozono não seria a principal causa da intensidade do calor que provoca a seca.

Perdemos pessoas, animais e a natureza por causa da seca...a SADC deveria abolir o abate das árvores, por estas absorver alguma parte do calor, deveria também acabar com as restrições da água de tal modo que os reservatórios não sequem rapidamente.

Por outro lado, a população deveria saber o porquê de a SADC faz isto- é para o bem das pessoas. A SADC deveria continuar com o seu maior trabalho a favor do seu povo. □

A redacção de Samukelisiwe Dlamini ganhou o Concurso dos Ensaios das Escolas Secundárias da SADC e foi lida na Cimeira das Maurícias. A autora é uma aluna da Escola Valência Combined, Mpumalanga, África do Sul. O segundo lugar foi concedido á Robert Lisinje da Escola Secundária de St Patricks, Limbe, Malawi enquanto Priyamvandha Doorgakant do Colégio Queen Elizabeth, Maurícias, ficou em terceiro lugar.

SADC nos jogos olimpícos

Apesar de colher somente poucas medalhas nos jogos Olímpicos de Atenas, os atletas da região e do continente mostraram que têm potencial para vencer com ajuda de mais recursos e melhor preparação. A África do Sul ganhou seis medalhas enquanto que o Zimbabwe alcançou três na modalidade de natação ganhou a nadadora sensação

Kirsty Coventry. A ausência da “tradicional” embaixadora regional, Maria Mutola, Moçambicana de 31 anos de idade, do pódio dos vencedores constituiu uma grande surpresa após ter perdido a medalha na corrida dos 800m finais. O veterano dos 200 metros, o namibiano Frankie Fredericks aos trinta e sete (37) anos de idade teve que se contentar com a quarta posição na corrida final dos 200m.

Os jogos que constituem o evento de maior prestígio em todo mundo, reuniu cerca de 10.500 atletas provenientes de mais de 200 países competindo em 37 modalidades de desporto. □

Quadro de medalhas Olímpicas para África

País	Ouro	Prata	Bronze	Total
Ethiopia	2	3	2	7
Morocco	2	1	0	3
Kenya	1	4	2	7
South Africa	1	3	2	6
Egypt	1	1	3	5
Zimbabwe	1	1	1	3
Cameroon	1	0	0	1
Nigeria	0	0	2	2
Eritrea	0	0	1	1

HINO DA SADC

A melodia do hino da SADC foi aprovada nas Maurícias e espera-se que os estados membros a toquem em todos os eventos da SADC, no dia da SADC e nas comemorações do Dia dos Criadores da SADC.

SADC, SADC aurora da nossa certeza
 SADC, SADC de um futuro melhor
 E de esperança de integração regional e universal
 Rumo à harmonia e unidade dos povos

Berço da humanidade
 Berço dos nossos antepassados
 Juntos cantemos alegres, a concretização do nosso
 Sonho
 Erguendo a bandeira da solidariedade
 SADC, SADC, SADC, SADC aurora da nossa certeza



Quatro ganham prémios dos média da SADC

Os vencedores do Prémio da SADC em Jornalismo foram apresentados com os respectivos prémios na sessão de abertura da Cimeira, a 17 de Agosto. Os prémios compreendiam quatro categorias, nomeadamente fotojornalismo, rádio, imprensa escrita e televisão.

Leonard Magomba da República Unida da Tanzânia, a única participação na categoria de Fotojornalismo ganhou USD 2.000. Na categoria de rádio, Tshepo Ikaneng da África do Sul, que se apresentou como a única candidatura recebeu Menção Especial que lhe valeu USD 1.000 pelo seu trabalho sobre género e tecnologias de informações e comunicação em relação a SADC.

A imprensa escrita teve cinco (5) participações de entre as quais Zimbabwe

ficou em primeiro lugar com a apresentação do artigo sobre a Geração Órfã, escrito por Takawira Musara que recebeu USD 2.000 pelo seu esforço. A categoria de televisão atraiu a participação de três jornalistas das quais Wapamesa Christopher Mwelwa da Zâmbia ganhou o primeiro prémio de USD 2.000.

Futuramente, publicações em rede (online) farão parte do conjunto de categorias elegíveis segundo o acordado com o Comité de Adjudicação Regional, por forma a acomodar o crescente número de jornalistas que fazem este tipo de publicações (online).

Entretanto, já foi lançado o concurso para o ano 2005, sendo Março de 2005 data limite para a entrega das participações nacionais ao Comité de Adjudicação Regional. □

Vencedores da Competição das Escolas Secundárias recebendo seus prémios durante a cerimónia oficial da abertura da Cimeira da SADC nas Maurícias, a 16 de Agosto de 2004.

(Da Esquerda a Direita): Fig. 1: Samukelisiwe Dlamini. Fig. 2: Presidente Tanzaniano, Benjamin Mkapa e Wapamesa Christopher Mwelwa. Fig. 3: Presidente Mkapa e Takawira Musara. Fig. 4: Tshepo Ikaneng. Fig. 5: Presidente Mkapa e Leonard Magomba. Fig. 6: Priyamvada Doorgakant, Secretário Executivo-Adjunto da SADC, Albert Muchanga, Samukelisiwe e Robert Lusinjé.

Eleições em Botswana marcadas para 30 de Outubro

O Presidente Festus Mogae marcou as eleições gerais do Botswana para 30 de Outubro.

As nomeações de candidatos para o pleito eleitoral foram marcadas para 4 de Outubro e o presidente dissolveu o parlamento à 3 de Setembro num “passo

de rotina” em antecipação das eleições gerais.

A já dissolvida assembleia nacional foi eleita para um termo de cinco anos em Outubro de 1999, fazendo com que seja constitucionalmente necessário organizar novas eleições gerais.

O Partido para a Democracia de Botswana (BDP), do Presidente Mogae, que governa desde a independência, é favorita a ganhar as próximas eleições, abrindo caminho para mais um segundo termo para o presidente incumbente. O presidente do Botswana é eleito pela Assembleia Nacional para um termo de cinco anos.

Nas eleições de 1999, o BDP ganhou 54.2 por cento dos votos. O principal partido da oposição, a Frente Nacional do Botswana (BNF), somente obteve 24.6 por cento de todos os votos, enquanto os pequenos partidos da oposição partilharam os restantes votos. Espera-se que representantes da SADC, Commonwealth, União Europeia, União Africana e da ONU observem as eleições de Outubro. (*Afrol News*) □

O Comité de estatísticas vai harmonizar os indicadores regionais

A Comissão de Estatística da SADC está a pensar em fixar indicadores económicos regionais aceitáveis.

A comissão reuniu-se em Luanda no dia 30 de Junho para discutir em conjunto as estratégias assim como harmonizar as estatísticas no sector

informal, investimento, comércio contas nacionais, o desenvolvimento de uma base de dados regional e um projecto na produção de indicadores da pobreza. (*ANGOP*) □

A indústria de ostras namibiana sofre

A decisão sul-africana de evocar a lei dos seis anos que exige aos exportadores e importadores de animais vivos de obter licenças deixou a indústria de ostra namibiana numa virtual paralisação.

Namíbia exportava cerca de 8.000 ostras semanalmente para África do Sul, que é o grosso da sua produção semanal. O governo Namíbio, que escreveu para as autoridades sul africanas, acha que a decisão não está dentro do espírito de cooperação da SADC.

Os produtores receiam que a indústria Namibiana fique paralisada até que ambas as partes entrem em acordo. A mudança preocupou os criadores de ostra sobre o futuro a longo prazo da sua indústria e obrigou-os a acelerar a busca de alternativas. (*Serviço estrangeiro independente*) □

Candidato apoiado pela SADC ganha emprego na OMS

Luís Gomes Sambo de Angola, cuja candidatura foi apoiada pelos Líderes da SADC na última Cimeira realizada nas Maurícias, foi nomeado para o cargo de Director Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele substituirá o Sr. Ibrahim Malick Samba, em Janeiro 2005.

Sambo derrotou Deogratias Barakamfitye (Burundi), Phetsile Kholekile Dlamini (Swazilândia) e

Francis Gervase Omaswa (Uganda) que também se candidataram ao posto.

Com 25 anos de experiência em Saúde Pública dos quais 15 fora na OMS, Sambo coordenou o apoio técnico prestado aos países da África Austral. Antes de se juntar a OMS, ele desempenhou várias funções ligadas a área de Saúde em Angola, Portugal, Suíça e Estados Unidos da América. □

Convite para fortalecer a missão das NU na RDC

Ações urgentes precisam de ser tomadas para evitar o colapso do processo de Paz e possível emergência de guerra na República Democrática do Congo, advertiu um grupo de pressão internacional.

O Grupo de Crises Internacionais, ICG apelou ao Conselho de Segurança da ONU a fortalecer as missões da NU na RDC. O Secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan submeteu recente-

mente um relatório sobre a RDC ao Conselho de Segurança, no qual solicitava um aumento das tropas de 10.800 para 23.900.

Os soldados de manutenção de paz precisam dum mandato claro e mais recursos financeiros para poderem conter os grupos armados e facilitar uma estratégia diplomática que possa suportar os esforços do governo local em Kinshasa. (*The Herald*) □

Avaliando a Integração Regional em África

Os blocos comerciais da região são tidos com pilares de edifícios numa África forte visto que o continente procura tornar-se um parceiro comercial notável na economia Mundial.

O relatório da comissão económica para África (ECA) publicado em Julho de 2004 diz que África está a preparar o terreno para a fixação da Comunidade Económica Africana, que tal como a União Europeia poderia aumentar os benefícios que os estados membros possam aproveitar dum grande mercado.

O relatório, *Avaliação da Integração Regional em África*, salienta que os países africanos estão a dar passos concretos para a integração das suas economias através da formação das comunidades económicas regionais, adoptando moeda comum, aumentando o comércio inter-regional. Porém para que isto se concretize, o Continente precisa de acelerar os laços entre as economias nacional e regional.

O reconhecimento da África que data já há bastante tempo das necessidades e benefícios da integração regional tem originado a proliferação das economias regionais e protocolos a volta de continente. Segundo o prefácio do relatório de 278 páginas, acrescentando que “este aspecto merece ser estrategicamente consolidado”.

África possui um total de cerca de 14 comunidades económicas regionais básicas que perfazem a Comunidade Económica Africana. Algumas delas são, no seu todo, grandes e claramente autênticas instituições de integração regional. Estas chegaram à vários progressos sobre questões-chave, tais como a liberalização do comércio, a livre movimentação de pessoas e criação de laços externos das infra-estruturas. Dos 14 comités regionais, SADC, ECOWAS e a União Económica e Monetária da África Ocidental, posicionam-se entre os melhores em termos do alcance de uma maior e profunda integração regional.

“Para que seja efectiva, a integração deverá constituir parte de uma estratégia global” o relatório diz que nenhuma ambição referida pelos líderes políticos africanos nas respectivas comissões económicas da região correspondeu aos resultados apresentados.

Apesar de vários protocolos terem sido assinados ligando o transporte nacional e regional, telecomunicações, mobilidade de capital e trabalhadores, nunca foi atribuída os recursos financeiros e humanos à regionalização com vista a progredir, enquanto que o comércio entre os países do continente mantém-se baixo, afirma ECA no seu relatório.

Algumas das comunidades económicas da região tem juntado em associações, duplicando esforços e nos recursos. Poucas entidades da região reduziriam os custos de Administração e concentraria fundos para o desenvolvimento das operações quotidianas e financiamento de projectos.

Para acelerar a integração, ECA convida aos Estados a ratificarem e implementarem os protocolos existentes bem como encontrar fontes alternativas de financiamento ao sector privado.

O relatório também recomenda que a União Africana (UA) deve desempenhar o papel de liderança nos processos de integração, inclusive na racionalização de instrumentos legais direccionando-os para os objectivos do continente.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) deverá ser a força motriz que suportará as iniciativas como rede de transportes reodoviários bem como a rede de transporte ferroviária, acrescenta assim o relatório. (*Reportagem por Chipso Muwezwa*). □

Assessing Regional Integration in Africa está disponível em: Economic Commission for Africa, Caixa Postal 3001, Addis Abeba, Etiópia.

E-mail: ecainfoneca.org, Sítio da Internet: www.uneca.org

Publicações e Aquisições Recentes

African Voices on Structural Adjustment: A Companion to Our Continent, Our Future.
Mkandawire, Thandika e Soludo, Charles.
C. (ed)

Africa World Press, 2003.

Disponível na: Africa Books Press. Caixa Postal 48, Asmara, Eritreia.

e-mail: awprs@africanworld.com

Sítio da Internet: www.africanworld.com

Changing gender and Institutional Roles in Self-Help Housing in Botswana. The case of Lobatse.

Kalambu, Faustin

Institute of Southern African Studies, 2003

Disponível na: Institute of Southern African Studies

National University of Lesotho. Caixa

Postal Roma 180, Lesotho.

e-mail: t.khalanyaneul.ls

Export-led Growth Strategies: export processing zones (EPZ's) and the Strengthening of Sustainable Human Development (SHD) – Africa's Experience.

Tekere, Moses

Trades Centre, 2004-09-27 disponível na:

Trades Centre, Caixa Postal CY2549,

Causeway Harare, Zimbabwe.

e-mail: tradescafricaonline.co.zw

Sítio da Internet: www.tradescentre.org.zw

Grandmothers and Orphan Care in Zimbabwe.

Matshalanga, Dr. Neddy

SafAids, 2004

Disponível na: Southern Africa Aids

Information Dissemination Service

SAFAIDS

Cixa Postal A509, Avondale, Harare

Zimbabwe

e-mail: info@safaids.org.zw

Sítio da Internet: www.safaids.org.zw

Globalisation and Urbanisation in Africa.

Falola, Tolan and Salm, Stephen. J. (ed)

Africa World Press, 2004.

Disponível na: Africa Books Press. Caixa

Postal 48, Asmara, Eritreia.

e-mail: awprs@africanworld.com

Sítio da Internet: www.africanworld.com

Human Movement and Social Transformation in Africa: paradoxes of Migration and Employment. Monograph Series N°12

Matlosa, Dr. Khabele

SAPES Trust, 2004

Disponível na: SAPES Trust, Caixa Postal

MP Mt. Pleasant Harare, Zimbabwe.

e-mail: infoapes.org.zw

Sítio da Internet: www.sapes.org.zw

Land, Gender and the Periphery Themes in the History of Eastern and Southern Africa.
Zwende, Barhu.

OSSREA, 2003

Caixa Postal 31971 Addis Ababa, Ethiopia

e-mail: ossreaelecom.net.et

Sítio da Internet: www.ossrea.net

Diário da SADC

2004	Evento	Local		
Outubro	2-14-3-7	13a Reunião da Convenção sobre Negócio de Espécies em Perigo (CITES) Seminário Regional sobre o reforço de capacidades em lidar com Emergência Alimentar na Região da SADC	Tailândia	
	6-7	Forum sobre o Género Beijing + 10	Malawi	
	10-15	Reunião sobre os direitos de autor e direitos conexos	Etiópia	
	11-12	Seminário Regional da OECD, Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento	Botswana	
	11-12	Reunião Consultiva da Comissão Técnica da Conferência Ministerial Africana sobre a Água (AMCOW)	Lesotho	
	11-13	Implementação dos Padrões de Saúde Animal. Questões para a Solução	Uganda	
	12-14	Reunião Ministerial sobre assuntos de Género Beijing +10	Egipto	
	12-14	Exposição e Conferência sobre Ajuda para África, Gestão de Calamidades e o Assistência	Etiópia	
	13	Seminário sobre a Pesquisa de Informação em Agricultura	África do Sul	
	13	Fórum 2004 sobre Comércio e Indústria – Desenvolvimento Africano e Redução da Pobreza	África do Sul	
	13-15	Ligações Macro e Micro	África do Sul	
	13-15	Fórum Africano dos Líderes de Negócios da ESKOM	África do Sul	
	14	Dia dos Actores e Artistas da SADC	Todos países da SADC	
	22-29	Reunião Anual do Grupo Consultivo da Pesquisa Internacional em Agricultura (CGIAR)	México	
	25	Reuniões do Painel de Consultores da NEPAD	África do Sul	
	30	Eleições Presidenciais e Parlamentares	Botswana	
	Novembro	1-2	Seminário sobre Centros de Excelência de Água	Botswana
		8-12	Estabelecimento dos Limites do Deserto	Namíbia
		15-16	Eleições Presidenciais e Parlamentares	Namíbia
16-18		Reunião do Comité do Controlo da Droga da SADC	Maurícias	
22-23		Comité de Implementação da NEPAD, dos Chefes de Estado e de Governo	Argélia	
29-30		Reunião sobre Protecção das Plantas	Lesotho	
Dezembro	1-2	Eleições Presidenciais e Parlamentares	Moçambique	

Moeda

País	Moeda	US\$1
Angola	Kwanza (100lwei)	85.02
Botswana	Paula (100 thebe)	4.88
RDC	Franco Congolês	382.00
Lesotho	Maloti (100 lisente)	6.48
Madagascar	Franco Malgaxe	1.00
Malawi	Kwacha (100 tambala)	106.00
Maurícias	Rupia (100 céntimos)	28.26
Moçambique	Metical (100 centavos)	21,901.77
Namíbia	Dólar (100 céntimos)	6.68
África do Sul	Rand (100 céntimos)	6.69
Swazilândia	Lilangueni (100 céntimos)	6.47
Tanzânia	Shilling (100 céntimos)	1, 083.00
Zâmbia	Kwacha (100 ngwe)	4,735.00
Zimbábwè	Dólar (100 céntimos)	5,610.46

25 de Agosto de 2004

Feriados Nacionais em Países da SADC no período entre Outubro e Dezembro de 2004

1 de Outubro	Feriado nacional	Botswana
4 de Outubro	Dia da Independência	Lesotho
4 de Outubro	Dia da Paz	Moçambique
11 de Outubro	Dia da Mãe	Malawi
14 de Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere	Tanzânia
24 de Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
2 de Novembro	Dia de Todos os Santos	Angola
2 Novembro	Chegada dos trabalhadores aprendizes	Maurícias
11 de Novembro	Dia da Independência	Angola
12 de Novembro	Divali	Maurícias
14-15 de Novembro	Eid Ul Fitr (sujeito à Lua)	Maurícias
17-18 de Novembro	lid-El-Fitri (sujeito à Lua)	Maurícias
9 de Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 de Dezembro	Dia dos Direitos Humanos	Namíbia
16 de Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 de Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbábwè
25 de Dezembro	Natal	Todos países da SADC
26 de Dezembro	Feriado Nacional	Zimbábwè
26 de Dezembro	Dia de Boas Acções	África do Sul
26 de Dezembro	Dia da família	Namíbia
27 de Dezembro	Feriado Nacioanal	Botswana